

País caminha para o crescimento sustentado

Somente um choque externo pode interromper esse novo ciclo da economia brasileira

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O desempenho da agricultura e o efeito do crediário sobre o volume de vendas do comércio darão o tom do crescimento da economia neste ano. O governo acredita que as compras a prazo darão impulso à indústria, permitindo o crescimento de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), neste ano.

O crescimento não deve pressionar a inflação, porque a indústria tem capacidade ociosa e qualquer aumento de oferta pode ser suprido por um incremento da produção, dispensando novos investimentos. Além disso, a produtividade empresarial e do trabalho no Brasil vem crescendo a níveis recordes nos últimos anos.

Por outro lado, economistas, como o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda José Roberto Mendonça de Barros, avaliam que, mesmo com crédito disponível, as pessoas vão evitar contrair dívidas. Por isso, o efeito do financiamento so-

**OFERTA
DE CRÉDITO
ESTIMULA
COMPRAIS**

Mendonça de Barros concorda com a avaliação de Amadeo. "É alta a probabilidade de estarmos entrando num período de crescimento sustentado", disse. "Só não será assim se tivermos algum choque externo." Na sua opinião, a trajetória de recuperação da economia brasileira poderá ser atrapalhada por dois fatores: uma

elevação acentuada nas taxas de juros dos Estados Unidos ou mais problemas com o preço do petróleo.

Produtividade – Segundo Amadeo, o exemplo dos Estados Unidos mostra que é possível manter taxas de crescimento durante ciclos longos, sem aumento do desemprego e da inflação. "São 107 meses de crescimento contínuo e baixas taxas de desemprego", observou. O fenômeno está provocando discussões sobre o surgimento de uma "nova economia". Esse processo, segundo explicou, é baseado em três elementos: crescimento da produtividade do trabalho, uma política fiscal "percebida como sustentá-

vel" e um banco central "crível".

Fazendo uma analogia com o Brasil, ele lembra que a produtividade do trabalho no País tem crescido a níveis até superiores aos dos EUA, na casa dos 8% anuais, semelhantes ao padrão da Coréia do Sul. A política fiscal brasileira também caminha para um novo regime, com a aprovação das reformas constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal. E o Banco Central, observa, obteve sucesso na mudança da política cambial no ano passado.

O secretário também não acredita na volta da inflação, pressionada pelo aumento da demanda. Ele lembra que a capacidade ociosa da indús-

tria ainda dá margem para o aumento da produção, mesmo sem novos investimentos maduros. Para o futuro, a pressão da demanda sobre a oferta pode vir a ser um problema, mas não neste ano.

"Previsibilidade é a palavra-chave para o crescimento nos próximos anos", disse. O ideal, na sua opinião, é que a estabilidade econômica no Brasil seja de tal nível que as decisões do governo quanto à política econômica não pesem na hora de um empresário decidir seus investimentos.

"Quem produz não tem de estar preocupado com a macroeconomia, mas com seu business", afirmou.

No front internacional, o secretário avalia que as crises da Ásia, da Rússia e do Brasil reduziram os fluxos de capital para economias emergentes mas, em contrapartida, tornaram os investidores mais seletivos. A boa notícia é que o chamado Risco Brasil tem caído.

Diferenças – Amadeo acredita que há condições para a economia apresentar uma taxa de crescimento próxima a 4% neste ano e continuar crescendo nos próximos anos. Ele avalia que a estabilidade favorece a concessão de

crédito. E a oferta de crédito, por sua vez, estimulará o consumo, com efeitos positivos sobre a produção industrial. O secretário acredita que o poder das vendas a prazo puxar o consumo é alto e dá como exemplo a febre consumista ocorrida em 96.

É nesse ponto que o diagnóstico de Amadeo difere do de Mendonça de Barros. O ex-secretário nota que disponibilidade de crédito, por si só, não leva ao aumento do consumo. "O melhor exemplo disso é o que ocorre com os automóveis",

disse. "Há crédito relativamente barato, mas as vendas não decolam." Por trás desse comportamento, avalia Mendonça de Barros, está a menor disponibilidade de renda da população e a insegurança quanto ao desemprego.

A queda real da renda do trabalhador no ano passado, em comparação com 1998, foi da ordem de 6%, segundo informou. Além disso, os assalariados tiveram de enfrentar fortes aumentos nos preços das tarifas públicas no ano passado, o que também contribuiu para reduzir a renda disponível para absorver novas compras a crediário.



Lindauro Gomes/AE - 10/99

**RENDA
MENOR PODE
DESACELERAR
O PROCESSO**